

CABO FRIO



Mapa de conflitos e resistências

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
REDE OBSERVAÇÃO



Rede Observação



Apresentação

O Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rede Observação é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA e se refere às licenças de exploração de petróleo dos campos de Albacora Leste, Frade, Polvo e Tubarão Martelo da operadora PRIO.

Este PEA tem como objetivo fomentar a organização social através de processos educativos que englobam formação, pesquisa e intervenção social. Visando o cumprimento desse objetivo, desenvolve suas atividades a partir da execução de três eixos metodológicos presentes na sua estrutura central: Formação e Pesquisa, Comunicação Popular e Teatro do Oprimido, que são disparadores de reflexões e buscam promover um ambiente educativo propício à produção de conhecimentos e o estímulo à intervenção social qualificada nos territórios impactados pela cadeia produtiva de petróleo e gás.

Os fascículos da coletânea “Mapas de conflitos e resistências” foram produzidos de forma colaborativa pelos integrantes dos Observatórios e pelo eixo de Formação e Pesquisa. Registram o histórico de organização social de cada grupo contemplado pelo PEA Rede Observação, evidenciam as estratégias de enfrentamento aos conflitos ambientais utilizadas pelos sujeitos prioritários e os desdobramentos dessas intervenções.

Os nomes dos integrantes dos Observatórios que contribuíram para a realização do mapeamento participativo constam ao final desta publicação.



Introdução

A cartografia produzida pelos grupos tradicionais vai além da espacialização de seus territórios, sendo também uma afirmação de seus modos de vida. O mapeamento a partir dos grupos prioritários possibilita a identificação de áreas de uso comunal, elementos da memória coletiva e lugares que fazem parte do cotidiano desses grupos, seja em função das atividades de trabalho, de lazer, dentre outras.

Foi a partir desse entendimento que o PEA Rede Observação construiu o mapa de conflitos. Acreditamos na apropriação do mapa como uma ferramenta de luta, que possibilita contar a própria história e evidenciar a presença de grupos historicamente invisibilizados por parcelas da sociedade e pelo poder público.

Assim, o nosso mapa de conflitos tem como objetivo explicitar os conflitos ambientais monitorados pelos observatórios. Para sua construção tomamos como base a narrativa e a perspectiva dos sujeitos prioritários da ação educativa do projeto, visando ampliar a visibilidade das lutas pela integridade dos territórios tradicionais e pela manutenção das respectivas atividades produtivas.

Não podemos esquecer que os conflitos ambientais territoriais se referem a disputas materiais e simbólicas por um mesmo recorte territorial. Dessa forma, a produção de mapas a partir da visão das



comunidades tradicionais, onde suas identidades e suas histórias são compartilhadas, é uma forma de atuar na luta pelo reconhecimento e valorização do modo de vida tradicional. Portanto, é uma disputa territorializada e identitária.

Para identificar e relatar as questões vivenciadas pelos grupos prioritários, foram selecionados os seguintes elementos:

- I** - Sujeitos prioritários;
- II** - Localidade;
- III** - Tema gerador municipal;
- IV** - Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos;
- V** - Estruturas geradoras de conflitos;
- VI** - Conflitos monitorados;
- VII** - Contexto do conflito;
- VIII** - Mapeamento Participativo;
- IX** - Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito.

Vale destacar que o tópico III, "tema gerador municipal", é o que orienta as ações do projeto em cada território. Sua construção ocorreu a partir de atividades em que foram levantados elementos da realidade local e as demandas identificadas pelos grupos como prioritárias. A partir dessas informações, foi definido um tema gerador municipal que representasse o contexto vivenciado por cada comunidade.

Já o tópico V, “estruturas geradoras de conflitos”, diz respeito a estruturas físicas, bem como estruturas políticas que fazem com que determinadas atividades sejam incentivadas, enquanto outras são desconsideradas. Nesse sentido, é uma categoria abrangente que engloba aspectos materiais e imateriais do ordenamento municipal. Essas informações foram produzidas a partir das construções coletivas que aconteceram durante as reuniões de acompanhamento realizadas ao longo da Fase 1 do PEA Rede Observação.

A equipe de Formação e Pesquisa conduziu reuniões específicas para definição de um tema gerador municipal, identificação das estruturas que interferem no território tradicional e dos impactos associados à cadeia produtiva de petróleo e gás. Esses conteúdos foram fundamentais para o direcionamento das ações do projeto em cada território e serviram como ponto de partida para o processo educativo dos outros eixos metodológicos.

Mas o levantamento de informações não se restringiu a um eixo ou somente a atividades específicas. Alguns elementos foram revelados a partir de informações que apareceram em reuniões do Teatro do Oprimido, Comunicação Popular, assim como as demais reuniões de Formação e Pesquisa. Por exemplo, o levantamento dos atores sociais envolvidos no conflito e suas formas de atuação, realizado para a construção das cenas do Teatro do Oprimido, contribuiu para uma melhor compreensão das relações sociais e das disputas presentes nesses conflitos.

O único tópico que não foi construído exclusivamente por fontes primárias, ou seja, pelos relatos dos grupos, é o “contexto do conflito”. Essa parte buscou apresentar um breve panorama do município, recorrendo a fatores históricos que permanecem influenciando na dinâmica local, localizando o grupo prioritário no espaço-tempo. Para isso, também foram utilizadas fontes secundárias, como





sites das respectivas prefeituras, IBGE, estudos socioeconômicos do Tribunal de Contas do Estado, Relatório Final do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, dentre outras fontes.

Em alguns lugares foram apresentados o brasão de armas, que é uma imagem que simboliza aspectos históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos do município. Ou seja, os elementos que compõem essa imagem estão relacionados à sua importância no desenvolvimento daquele município. A escolha desses símbolos busca explicitar como muitas atividades produtivas que foram importantes historicamente para os municípios vêm sendo desconsideradas, enquanto outras atividades são estimuladas.

A pesca e a agricultura, fundamentais para a manutenção da vida, são destacadas em diversos brasões, mas na atual conjuntura não recebem a devida atenção do poder público, que constantemente opta por incentivar outras atividades econômicas que são incom-

patíveis com as atividades tradicionais. Com isso, pescadores e agricultores vêm enfrentando dificuldade no acesso a políticas públicas existentes e reivindicando a criação de novas, visando a manutenção de suas atividades. Assim, o processo de uso e ocupação do território terrestre, marinho ou lagunar e a ameaça da integridade do território tradicional é contextualizada em termos sociais, econômicos e políticos.

Por fim, a relação com outros municípios próximos reforça uma perspectiva regional. A materialização de cadeias produtivas, como é o caso da de petróleo e gás, precisa de uma ampla rede voltada para a produção, transformação e circulação do produto. Isso implica em uma série de atividades econômicas de apoio à indústria que extrapolam os limites municipais.

Com isso, mesmo aqueles municípios que não têm instalações físicas da indústria do petróleo, como os terminais, refinarias, portos, dentre outros, também são impactados em função das transformações ocorridas regionalmente. Há, portanto, municípios que sofrem impactos mais diretos e explícitos da cadeia produtiva de petróleo, enquanto outros sofrem impactos indiretos, decorrentes dos novos arranjos que acompanham a consolidação dessa indústria. Mas esses impactos indiretos não são menos importantes para os grupos impactados.

A seguir, veremos como ocorrem os conflitos no município de Cabo Frio.





ES

SUJEITOS PRIORITÁRIOS

**Pescadores e catadores de
guaiamum**

LOCALIDADE

Chavão

TEMA GERADOR MUNICIPAL

Manutenção do território pesqueiro

RJ



Área de atuação



Fora da área de atuação



Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos

- Crescimento populacional desordenado
- Especulação imobiliária
- Perda de território pesqueiro
- Conflito com Unidade de Conservação
- Mudanças no modo de vida tradicional
- Desigualdade na aplicação de recursos públicos oriundos das rendas petrolíferas

Estruturas geradoras de conflitos

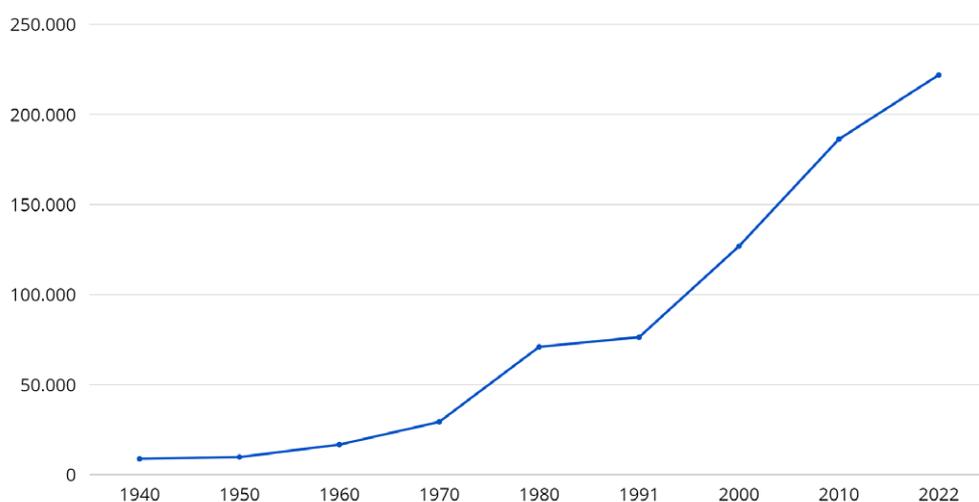
- Condomínios
- Fazendas
- Unidades de Conservação
- Ineficiência de políticas públicas voltadas para a atividade pesqueira

Conflitos monitorados

- Redelimitação da área do Parque Natural Municipal Mico Leão Dourado (PNMMLD)
- Regularização da pesca do guaiamum

Contexto do conflito

Cabo Frio é um município localizado na Baixada Litorânea do Rio de Janeiro, também conhecida como Região dos Lagos. De acordo com o último censo do IBGE (2022), há 222.161 habitantes. A série histórica que retrata sua população está representada no gráfico a seguir, onde é possível observar um crescimento significativo na década de 1970 e, depois, a partir da década de 1990:



Série histórica da população de Cabo Frio

O primeiro momento de crescimento populacional de Cabo Frio, assim como de outros municípios da Região dos Lagos nesse período, está relacionado à construção da ponte Rio-Niterói, em 1974, além da pavimentação, expansão e criação de outras vias, impulsionadas pela chegada da indústria do petróleo em Macaé. A implantação e a expansão da indústria de petróleo e gás no Norte Fluminense modificaram as dinâmicas municipais e regionais, visto que as melhorias de acesso para facilitar essa cadeia produtiva possibilitaram um crescimento populacional em municípios da Região dos Lagos na década de 1970.



Essa facilidade de acesso, associada à disponibilidade de terras e às belezas naturais do município, resultou não só no crescimento populacional, como também no desenvolvimento do turismo e na construção de casas de veraneio. As mudanças na dinâmica demográfica impactaram o modo de vida das comunidades tradicionais e vieram acompanhadas de especulação imobiliária, gentrificação do território da população tradicional e pressão sobre os serviços públicos (como saúde, segurança, educação, mobilidade e saneamento).

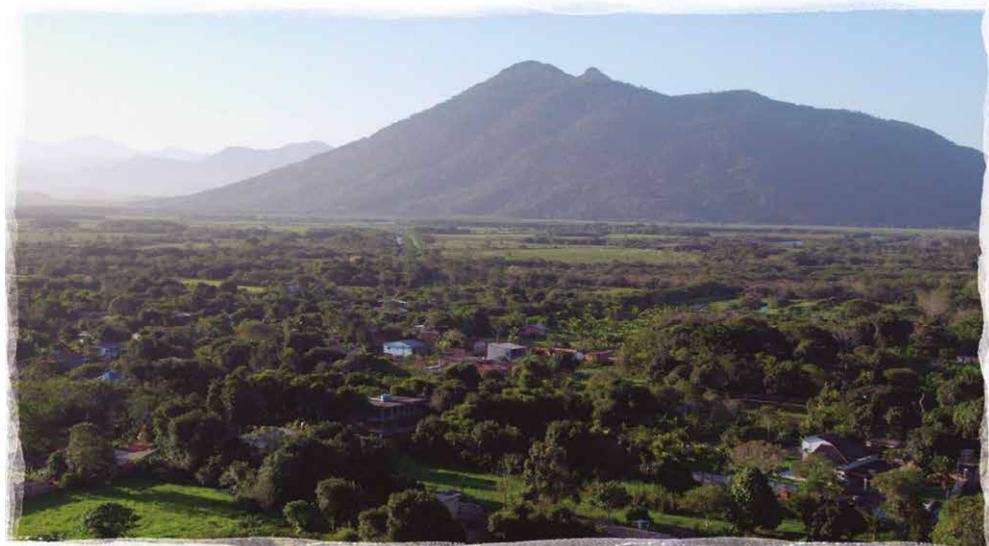
O segundo momento de aumento demográfico em Cabo Frio também tem relação com o setor do petróleo e gás da região. Na década de 1990, com a saturação e altos custos de Macaé e Rio das Ostras, a migração se direcionou para Barra de São João (Casimiro de Abreu) e Tamoios (Cabo Frio), pois são localidades relativamente próximas ao polo industrial, mas com valores de terrenos bem mais baixos. Esse processo resultou em conurbação da região, como é possível notar na imagem abaixo:



Processo de conurbação dos municípios de Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras

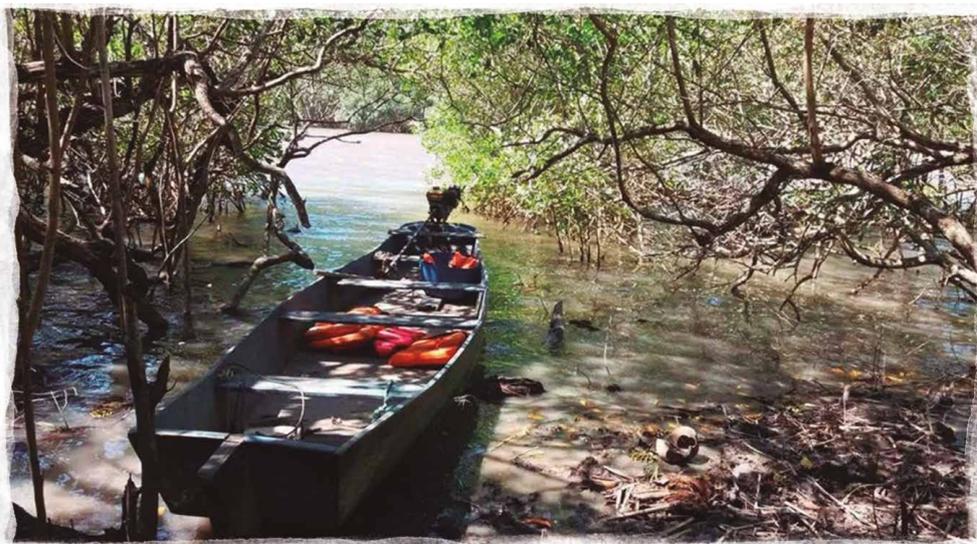
O processo de conurbação é um fenômeno que ocorre quando duas ou mais cidades limítrofes crescem a ponto de se encontrarem, tornando suas fronteiras mescladas e seus núcleos urbanos integrados. Podemos notar essa integração na imagem acima, pois, à esquerda do Rio São João está o município de Cabo Frio; do Rio São João até "Santa Irene", no centro da imagem, está o município de Casimiro de Abreu; a partir de "Cidade Beira Mar", para a direita, é o município de Rio das Ostras.

Além disso, a regulamentação do recebimento de rendas petrolíferas motivou novas mudanças, com fragmentações territoriais e desmembramentos municipais. Um exemplo é o município de Armação dos Búzios, desmembrado de Cabo Frio na década de 1990. Já o distrito de Tamoios, responsável por mais da metade do recebimento de royalties do município (cerca de 70%), tem um histórico de tentativas de emancipação devido à aplicação insatisfatória da receita proveniente das rendas petrolíferas.



Chavão





Barco de pescador, chamado de batera

É justamente neste distrito onde está localizada a comunidade do Chavão, que é um território ocupado por famílias ribeirinhas desde a década de 1960. Os primeiros catadores de guaiamum do Rio São João começaram sua prática na década de 1980, com aproximadamente 300 famílias que se alimentavam e sobreviviam do guaiamum - vendendo ou fazendo escambo na feira ou na beira da Rodovia Amaral Peixoto.

Atualmente há, em média, 50 famílias do Chavão que vivem diretamente da pesca, além de outras que vêm de bairros próximos. Eles pescam no Rio São João e a maioria vende o crustáceo para atravessadores, que levam para Pernambuco.



Pescador Joberto mostrando um guaiamum



Guaiamum capturado por armadilha artesanal



Pescadores do Chavão



O crescimento populacional da região na década de 1990 ocorreu com a criação de loteamentos, condomínios e expansão urbana, modificando a paisagem. Se antes era composta predominantemente por terrenos cobertos por vegetação, com o aquecimento do setor da construção civil, houve supressão de vegetação e extração de areia. Diante desse cenário, foram criadas duas Unidades de Conservação nessa área como tentativa de frear a ocupação desordenada e proteger os recursos naturais.



Rio São João e, ao fundo, o Morro São João

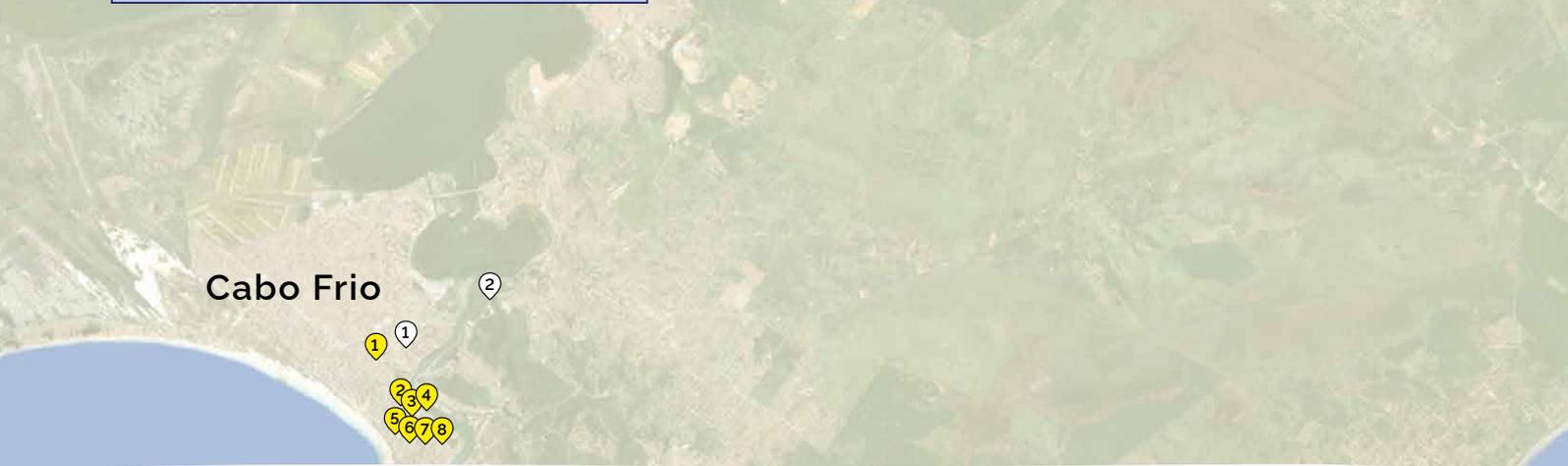
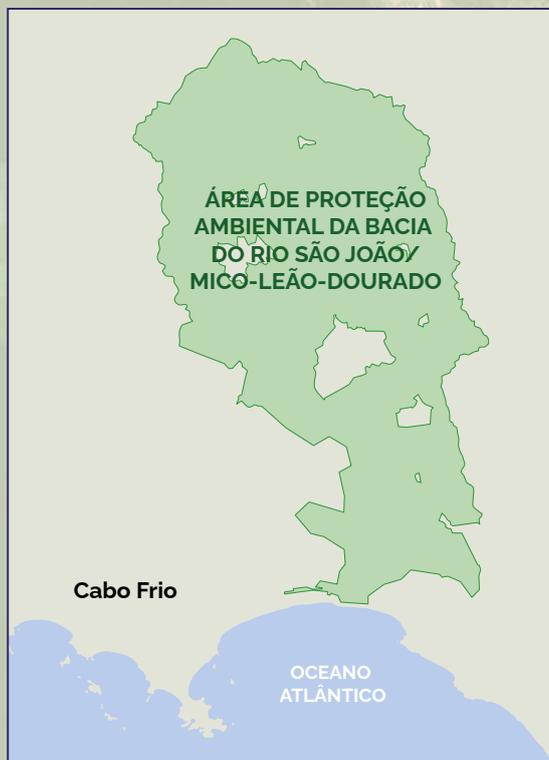


Pescador Joel mostrando guaiamuns



Manguezal





Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado (PNMMLD)
 Unidade de Conservação de Proteção Integral criada em 1997. A sede do Parque só foi criada em 2017 e seu Plano de Manejo aprovado em 2022, ano em que algumas famílias ribeirinhas foram notificadas sobre o processo de desocupação. A implementação do Parque gerou diversos conflitos com os pescadores artesanais, pois suas regras são restritivas e inviabilizariam a permanência da comunidade tradicional em seu território.

1 Centro Hípico Pau-Ferro
 Inicialmente inserida como área do PNMMLD na época de sua criação, foi desafetada em 2006.

2 Condomínio Abanerj
 Inicialmente inserida como área do PNMMLD na época de sua criação, encontra-se em processo de desafetação.

Chavão
 Território ocupado pela comunidade tradicional desde a década de 1960. Atualmente há, em média, 50 famílias no Chavão que vivem diretamente da pesca, além de outras que vêm de bairros próximos. Eles pescam no Rio São João e a maioria vende o crustáceo para atravessadores.

1 Nova Califórnia
 Loteamento iniciado na década de 1990 e local de expansão urbana.

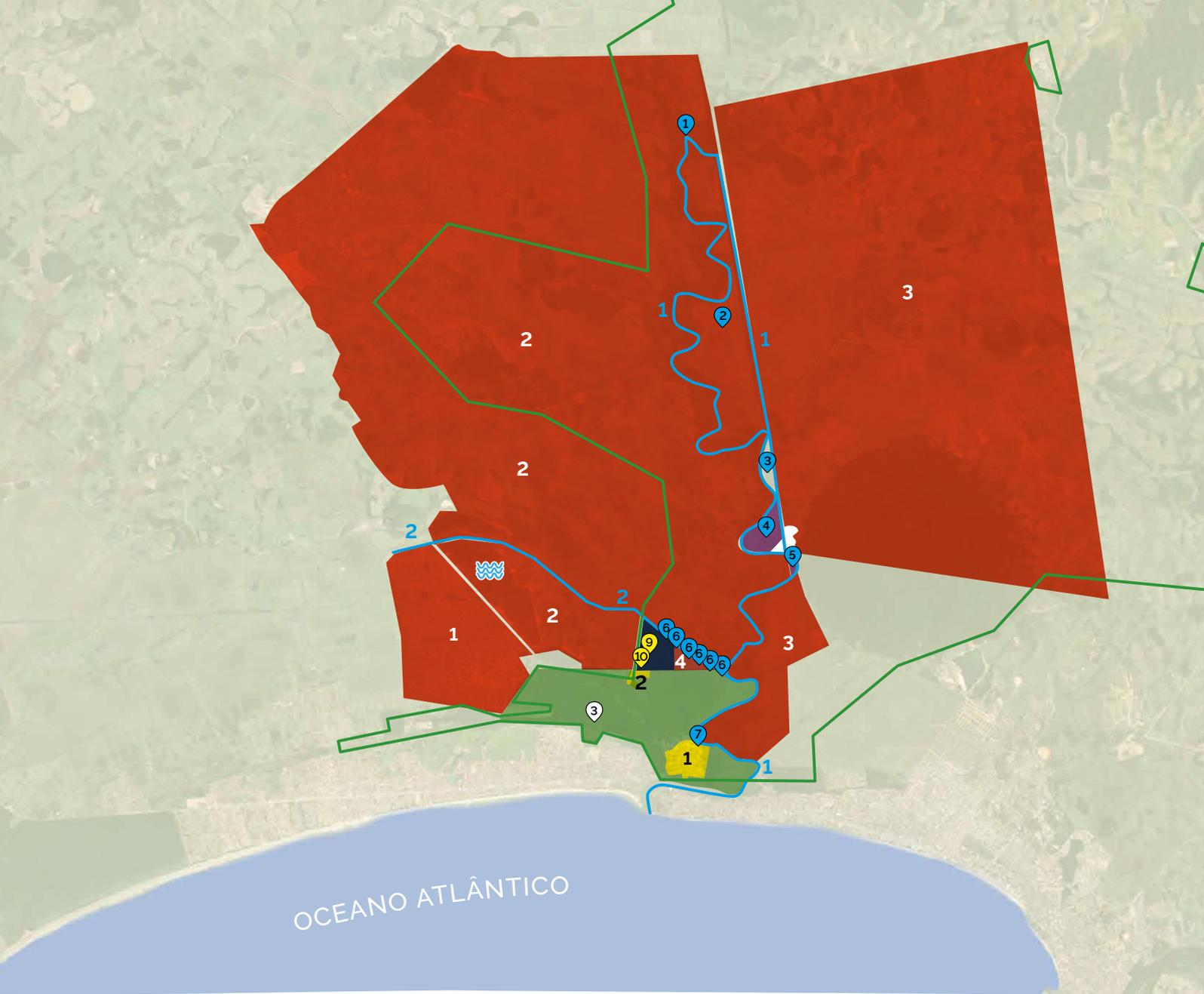
2 Fazenda Tosana / Fazenda da Pedra

3 Fazenda Carioca
 Embora a área total da fazenda seja muito maior, o trecho demarcado refere-se a uma área de conflito, onde os pescadores foram proibidos de exercer sua atividade tradicional.

4 Área em disputa
 Território da comunidade tradicional do Chavão, onde as famílias moram há mais de 60 anos. Justamente por reconhecer a importância de um habitat equilibrado para os guaiamuns e outras espécies, a comunidade reflorestou essa área de forma voluntária em 1994. Posteriormente, em 1997, foi criado o Parque Natural Municipal Mico-Leão-Dourado (PNMMLD), que se apropriou dessa parte. Em 2022 alguns moradores receberam notificações para desocupação de suas casas. Após organização do grupo, os pescadores foram informados, em audiência pública realizada em junho de 2023, de que a área seria desafetada. Porém, no arquivo oficial do PNMMLD, utilizado nesse mapa, esta área do Chavão ainda consta como pertencente ao Parque.

Área de exclusão da pesca

— Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/ Mico-Leão-Dourado
 Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada em 2002, teve seu Plano de Manejo aprovado em 2008 e possui a participação dos pescadores artesanais de guaiamum em seu Conselho Gestor Consultivo.



1 Rio São João

2 Vala da Pedra

 Lagoa do Areal

1 Horto Municipal

Local onde acontece a Feira do Projeto Inclusão Produtiva. A comunidade tradicional do Chavão participa dessa feira comercializando os seus produtos.

2 Dormitório das Garças

Parque Municipal criado para preservar o manguezal. Foram os catadores de guaiamum do Chavão que fizeram o reflorestamento da área de mangue e o repovoamento de guaiamum.

3 Sede do Parque Natural Municipal Mico-Leão-Dourado

1 FIPERJ

2 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento

3 Sede do PEA Pescarte em Cabo Frio

4 Câmara Municipal de Cabo Frio.

5 Instituto Nacional do Seguro Social - Cabo Frio

6 Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

7 Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

8 Colônia de Pescadores Z-4

9 Observatório Cabo Frio

10 Associação de Catadores, Pescadores, Aquicultores e Moradores do Chavão

1 Início

Ponto mais alto do Rio São João que os pescadores do Chavão acessam para catar guaiamum.

2 Ilha do Bananal/ Ilha da Casa Branca

3 Ilhazinha

4 5 Ilha do Búfalo e Ilha do Jamelão

As duas ilhas foram selecionadas para serem reflorestadas pela Associação de Catadores Pescadores Aquicultores e Moradores do Chavão. Também contêm áreas acordadas com os catadores de guaiamum como "áreas de exclusão da pesca", estabelecidas no Plano de Gestão Local.

6 Local de acesso ao rio

7 Local antigo de cata do guaiamum

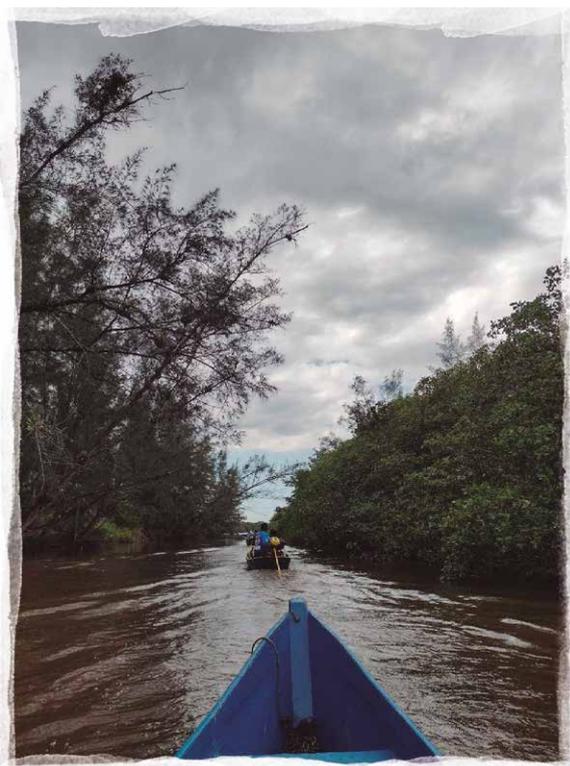
Local que antigamente catavam guaiamum e que a cobertura vegetal foi substituída por construções.

O Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado é uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral criada em 1997 pelo Decreto Municipal nº 2.401. A sede do Parque só foi criada em 2017 e seu Plano de Manejo aprovado em 2022, ano em que algumas famílias ribeirinhas, incluindo os pescadores artesanais de guaiamum do Chavão, foram notificadas sobre o processo de desocupação. A implementação do Parque gerou diversos conflitos com a comunidade ribeirinha, pois suas regras são restritivas e inviabilizariam a permanência da comunidade tradicional.

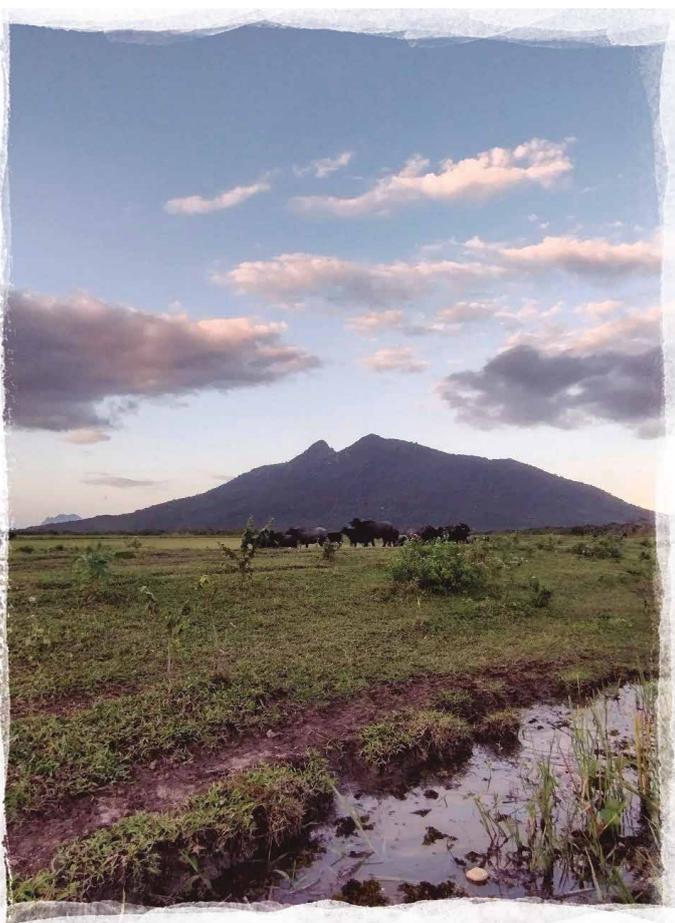
Vale reforçar que a relação entre os pescadores e catadores de guaiamum com o meio ambiente no qual estão inseridos é fundamental para sua reprodução material e manutenção dos costumes passados de geração em geração.

Justamente por reconhecer a importância de um habitat equilibrado para os guaiamuns e outras espécies, em 1994 a comunidade reflorestou uma grande área de forma voluntária. Área que, atualmente, é disputada com a UC, visto que sua criação desconsiderou a existência de uma comunidade tradicional.

Além do Parque, nessa região também está localizada a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado. A Unidade de Conservação de Uso Sustentável foi criada pelo Decreto s/nº de 27 de junho de 2002, teve seu Plano de Manejo aprovado em 2008 e possui a participação dos pescadores artesanais de guaiamum em seu Conselho Gestor. O Órgão Gestor da Unidade de Conservação é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), importante parceiro dos catadores de guaiamum.



Pescadores navegam em área de mangue



Búfalos na fazenda

Outro fator presente no território são as fazendas às margens do Rio São João: a Tosana, também conhecida como Fazenda da Pedra, e a Carioca. De uma maneira geral, a cata do guaiamum nunca foi proibida na primeira propriedade, apenas durante um pequeno período.

Já a Fazenda Carioca é considerada pelos pescadores como uma área de conflito “desde sempre”. Antigamente os seguranças do fazendeiro atiravam e quebravam os barcos dos pescadores. Hoje em dia a violência reduziu e quando os seguranças encontram os pescadores, avisam que é uma área cuja entrada é proibida, mas sem ameaças contra a vida. Além disso, também há criação de búfalos na propriedade, representando um perigo aos pescadores que catam guaiamum nas suas margens. A criação desses animais também impacta o habitat dos guaiamuns devido à compactação do solo.

Apesar desse cenário de conflito ambiental, com diferentes atores sociais com interesses divergentes sobre o território, os pescadores seguem resistindo e se organizando para manter a atividade tradicional e garantir um habitat adequado para o guaiamum. Com o apoio do PEA Rede Observação, em 2022 foi criada a Associação de Catadores, Pescadores, Aquicultores e Moradores do Chavão. A institucionalização do grupo fortalece a comunidade, possibilita a ocupação de espaços públicos de decisão e viabiliza que eles concorram a editais de fomento à atividade tradicional.



Como forma de diminuir a dependência de atravessadores, todo segundo final de semana do mês os moradores do Chavão participam da Feira do Projeto Inclusão Produtiva, que ocorre em parceria com o Instituto Ecovida, onde comercializam os seus produtos. Eles também pretendem criar uma feira no próprio território. Nesse sentido, a logo pode cumprir um papel importante de reforçar a identidade dos produtos e dos produtores locais.

Além disso, os catadores de guaiamum fizeram o reflorestamento da área de mangue e o repovoamento de guaiamum no Parque Municipal Dormitório das Garças. Eles também ficaram responsáveis por reflorestar a Ilha do Búfalo e a Ilha do Jamelão, como acordado através do Plano de Gestão Local (PGL).



Identidade visual construída de forma participativa em atividades do eixo de Comunicação Popular do PEA Rede Observação

Mapeamento participativo

Para espacializar as questões abordadas acima, foi realizado um mapeamento participativo durante os meses de julho, agosto e outubro de 2023. A equipe de Formação e Pesquisa utilizou o programa Google Earth Pro para localizar os pontos e áreas relacionados à atividade pesqueira e considerados importantes pelo grupo prioritário. Através do recurso "imagens históricas" do programa, os participantes observaram as transformações na região, como, por exemplo, áreas de expansão urbana e áreas reflorestadas pela comunidade tradicional. O mapeamento participativo resultou no mapa que está dobrado entre as páginas 16 e 21. Ele é composto por pontos, áreas e ícone de água.

Os **PONTOS AZUIS** sinalizam lugares referentes à atividade pesqueira, como os pontos de acesso ao rio, as ilhas e o início da área de pesca, ponto mais alto do Rio São João que os pescadores do Chavão acessam para catar guaiamum.

Os **PONTOS BRANCOS** identificam outros locais de referência, como a sede do Parque, o Dormitório das Garças, reflorestado e repovoado de guaiamum pelos catadores, e o Horto Municipal, local onde participam da feira mensal para escoar a produção.

Os **PONTOS AMARELOS** representam as instituições envolvidas no conflito, como a Prefeitura, o Ministério Público, a Câmara de Vereadores, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento e o Instituto Nacional do Seguro Social, bem como aquelas relacionadas à atividade tradicional, como o Observatório do PEA Rede Observação, a Colônia de Pescadores Z-4, o PEA Pescarte, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ).

O **ÍCONE COM ONDAS**  identifica a Lagoa do Areal.

A **ÁREA AZUL** localiza o Chavão, território da comunidade tradicional.

As **ÁREAS EM VERMELHO** são geradoras de conflitos, pois nelas ocorrem disputas de território. Elas são formadas por áreas de fa-



zendas, área de expansão urbana e área disputada com o Parque Natural Municipal Mico Leão Dourado.

As **ÁREAS EM AMARELO** representam áreas que já pertenceram ao Parque, mas que foram desafetadas.

As **ÁREAS EM ROXO** serão reflorestadas pela Associação de Catadores Pescadores Aquicultores e Moradores do Chavão.

Em branco estão as áreas de exclusão da pesca, acordadas através do Plano de Gestão Local.

Por fim, as **ÁREAS CONTORNADAS COM VERDE** são Unidades de Conservação, sendo elas: Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João /Mico-Leão-Dourado e o Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado.

Durante os encontros, o grupo compartilhou a trajetória de luta para permanecer no seu território tradicional e debateu sobre as transformações ocorridas ao longo do tempo. Se, por um lado, houve uma expansão urbana, com aumento de construções e a retirada de áreas de mangue, impactando no habitat do guaiamum, por outro lado, a comunidade tradicional recuperou áreas degradadas e realizou manejo para repovoamento de guaiamuns em locais recuperados. Além disso, foi acrescentada temporalidade aos elementos que compõem esse território, sendo possível identificar o histórico de uso e ocupação do solo e como os diferentes fatores interagem entre si e ocasionam conflitos ambientais.

Através do mapa foi observada a distância entre o Chavão e o Centro de Cabo Frio, onde estão localizadas as instituições. Até junho de 2023, não havia transporte público na localidade e os moradores do Chavão precisavam percorrer 5 km para chegar na pista principal. Tal fato demonstra o isolamento vivenciado pela comunidade e as dificuldades relacionadas à mobilidade urbana.

No site¹ do projeto é possível acessar a versão interativa, com informações detalhadas de cada localidade.

1. Navegue pelo mapa em pearedeobservacao.com

Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito

O histórico de atuação dos catadores de guaiamum na luta por seus direitos remonta ao início das atividades do PEA Observação na comunidade. O Observação, que deu origem ao Rede Observação, conheceu os catadores no final de 2017 e começou a desenvolver as atividades pedagógicas com o grupo no mesmo ano. Segundo os pescadores, a chegada do PEA Observação foi um marco para a comunidade, pois foi a partir das ações do projeto que eles começaram a se unir, se reconhecer enquanto uma comunidade tradicional pertencente de direitos e se organizar para buscar encaminhamentos para suas demandas através da aproximação de instituições ligadas à pesca: Colônia Z4, FIPERJ, ICMBio, PEA REMA e PEA Pescarte.

As principais pautas dos pescadores estavam relacionadas à proibição da cata do guaiamum, ao período de defeso do crustáceo, à fiscalização do ICMBio, às pessoas de fora da comunidade que catavam o guaiamum de maneira predatória, prejudicando a espécie e o local de cata, e à dificuldade de lidar com os fazendeiros que não respeitavam o direito de pegar o guaiamum às margens do Rio.

Em 2018, foi iniciado o contato com o ICMBio, órgão visto como "inimigo" até então, pois, de acordo com a perspectiva da comunidade, havia uma fiscalização desproporcional. A partir do diálogo e da aproximação dos catadores com a instituição, ela foi se transformando em aliada, sendo estratégica na elaboração de alternativas para garantir o exercício da atividade extrativista no território.

No mesmo ano, o ICMBio realizou ações junto à comunidade pesqueira de Tamoios, principalmente com os pescadores de guaiamum, para debater a Portaria IBAMA nº 82/2003, que proíbe a pesca no Rio São João, e buscar uma resolução para este problema. A alteração da portaria nº 82 e o cadastro do pescador de guaiamum na APA do Rio São João foram ações iniciadas em parceria com o órgão ambiental e que seguem em andamento.





Reunião entre pescadores e equipe do ICMBio

Além da proibição da pesca no Rio São João, território tradicional dos pescadores do Chavão, outros dois documentos agravaram a situação da comunidade. O primeiro é a Portaria MMA nº 445/2014, que proíbe a captura, transporte, armazenamento, guarda, manejo, beneficiamento e comercialização de espécies presentes na lista. Dentre as espécies citadas está o guaiamum (*Cardisoma guanhumi*), classificado como criticamente em perigo. O segundo é a Portaria MMA nº 395/2016, que prorroga o prazo estipulado pela Portaria nº 445. Os pescadores questionavam a legitimidade das portarias alegando não ter havido estudo local para mensurar a população do crustáceo na região.

Somando-se a esses fatores, a emissão do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) foi suspensa em 2015, impedindo o reconhecimento do ofício do pescador e inviabilizando o acesso a benefícios previdenciários.

Diante desse cenário, em julho de 2018 um pescador representante da comunidade foi à sede do ICMBio, em Brasília, negociar a abertura do cadastro para obtenção do RGP e reivindicar a alteração das portarias que proíbem a cata do guaiamum. Na ocasião, foi apresentado o curta documental "Na Pesca e na Luta", produzido pelos pescadores no âmbito do PEA Observação. Esse período

foi marcado por uma mobilização da comunidade local, que realizou reuniões com a Superintendência Municipal de Pesca, FIPERJ, ICMBio, Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (Feperj), INSS, Colônia Z-4. Além disso, uma analista do ICMBio de Brasília, especialista em povos tradicionais, fez um intercâmbio e visitou o Chavão com o objetivo de compreender a realidade do território e do crustáceo.

Em 26 de julho de 2018 foi publicada a Portaria Interministerial SEAP-PR/MMA nº 38, que define regras para o uso sustentável e para a recuperação dos estoques da espécie *Cardisoma guanhumi*. O documento libera a cata do guaiamum apenas dentro de Unidades de Conservação, desde que a mesma possua um Plano de Gestão Local (PGL).

Ainda em 2018, um representante da comunidade ribeirinha passou a ocupar cadeira na Câmara Técnica de Pesca do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio São João. A ocupação desse espaço foi estratégica, pois, através do levantamento de pautas referentes aos pescadores de guaiamum e de articulação com instituições aliadas, no ano seguinte garantiram verba para o projeto de manutenção da atividade pesqueira. O projeto tinha como objetivo a realização de estatística pesqueira no Rio São João para monitorar o guaiamum e mensurar a quantidade de famílias que vivem da captura dessa espécie.

Apresentação
de projeto
de estatística
pesqueira do
guaiamum na APA
Rio São João em
reunião do Comitê
de Bacias





Reunião de formalização do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado

Em 2019 alguns catadores participaram do processo de construção do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, que tem caráter consultivo.

Em função da necessidade de construção do PGL, previsto pela Portaria nº 38/2018, o ICMBio viabilizou o intercâmbio para duas unidades de conservação federais onde há a cata de guaiamum, sendo elas: a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (RJ) e a Reserva Extrativista de Canavieiras (BA), que já estava em processo de construção do PGL. A partir do intercâmbio houve uma troca de conhecimentos que forneceu mais elementos para a comunidade contribuir na construção do PGL na APA do Rio São João. A construção do diagnóstico local da atividade pesqueira, com objetivo de legitimar a presença da pesca artesanal no território e organizar a pesca sustentável, ocorreu de forma participativa através de oficinas realizadas em 2019 e 2020.

Intercâmbio
realizado na Resex
Canavieiras



O documento foi produzido pelo ICMBio com o apoio da FIPERJ, PEA Observação e Projeto Guaiamum: Bioecologia e etnoconhecimento para a conservação. Após aprovação dos pescadores, foi submetido para a devida aprovação. A publicação da Portaria ICMBio/MMA nº 1.143, que aprova o Plano de Gestão Local do Guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) na APA da Bacia do Rio São João/Mico-leão-dourado, ocorreu somente em 2022.

Oficina de
construção do PGL



Vale destacar que o incentivo do PEA à participação e ocupação de espaços públicos de debate e decisão contribuiu na visibilidade e oportunidade de acesso a iniciativas voltadas para o guaiamum e para a comunidade tradicional. Um exemplo é o Projeto Guaiamum: Bioecologia e etnoconhecimento para a conservação, realizado a partir de um edital do Funbio. Além de ser uma pesquisa voltada exclusivamente para a espécie, ela forneceu subsídios para construção do PGL e deu origem ao livro "Os conhecimentos ecológicos tradicionais sobre a pesca do guaiamum em áreas protegidas do Rio São João", anexado ao processo do PGL.



Apresentação dos resultados da pesquisa



Lançamento do livro



Atualmente a comunidade participa formalmente, levantando pautas e encaminhando demandas, do Conselho Gestor Integrado da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João, das Reservas Biológicas de Poço das Antas e União e do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Mico Leão Dourado.

Neste último espaço está ocorrendo o debate acerca da área do Parque, no qual a comunidade ribeirinha tem participado ativamente da luta pela manutenção de suas moradias. Além de terem o exercício de sua atividade ameaçado, há a ameaça de muitos pescadores serem expulsos de suas moradias. A partir do processo de redelimitação das fronteiras do Parque Natural Municipal do Mico Leão Dourado, a área de moradia de diversos pescadores artesanais passou a ser compreendida como área do

Pescadora se manifesta em reunião de formação do Conselho Gestor Integrado da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João e das Reservas Biológicas de Poço das Antas e União

Parque. Os pescadores artesanais vêm acompanhando as reuniões do Conselho do parque a fim de pleitear a exclusão da sua comunidade dos limites da Unidade de Conservação.

Após a mobilização do grupo para reivindicação de seus direitos, durante uma audiência pública realizada em junho de 2023 foi confirmada a redelimitação da área do Parque e a retirada do Chavão dessa área, sendo uma conquista da atuação organizada e qualificada dos pescadores. Porém, no arquivo oficial do mapa do Parque, sua área ainda se sobrepõe à parte do Chavão, com destaque para a Rua 2, localização da moradia de várias pessoas.





Audiência Pública onde foi afirmado que o Chavão sairia da área do PNMMLD

Também em junho de 2023, fizeram uso da tribuna livre na Câmara dos Vereadores para solicitar a assinatura do prefeito referente à doação de terreno no Chavão para a construção da sede da Associação de Catadores, Pescadores, Aquicultores e Moradores do Chavão. A proposta foi apresentada pelo Vereador Alexandre da Colônia, no dia 30 de maio, e aprovada por todos os vereadores presentes na sessão da Câmara. Também aproveitaram a oportunidade para pontuar sobre as demandas locais, como a ineficiência de políticas públicas na localidade, crescimento populacional desordenado, perda de território pesqueiro e conflitos com Unidade de Conservação.



Pescador se manifesta na tribuna livre



Pescadores presentes em sessão na Câmara



Considerações finais

Através das atividades pedagógicas do projeto, os grupos prioritários vão desvendando coletivamente as relações entre as transformações ocorridas nos municípios, os grupos sociais impactados, os conflitos decorrentes dos processos de reorganização territorial, os atores sociais envolvidos, seus interesses e as formas de atuação diante do conflito.

Partimos da compreensão de que o "direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida", presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, passa pelas relações político-institucionais e societárias. Como a mediação de interesses e conflitos entre atores sociais cabe ao Poder Público, o conhecimento da existência de espaços públicos de decisão se configura como um passo inicial e necessário para uma gestão ambiental participativa.

Ao passo que a complexidade presente na realidade é problematizada, também são identificados os espaços de incidência política possíveis, havendo um incentivo e apoio à formulação de estratégias para intervenção coletiva e organizada. Ou seja, para além do conhecimento das disputas e estruturas presentes nos territórios, os grupos debatem encaminhamentos concretos na luta por direitos. Nesse sentido, buscamos proporcionar condições para que sejam produzidos e adquiridos, coletivamente, conhecimentos e habilidades para intervenção nos processos decisórios.

Assim, as reflexões sobre as condições existentes no território, somadas ao conhecimento relativo às políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais e aos espaços de participação social permitem caminhar no sentido de uma cidadania ativa, ou seja, de grupos organizados e atuantes da Gestão Ambiental Pública.



Foi nesse contexto de valorização da trajetória de cada grupo prioritário que este material foi produzido. Ele consolida a produção coletiva de conhecimento acerca das questões municipais e regionais que impactam as atividades tradicionais e registra as estratégias utilizadas pelos grupos.

Vale ressaltar que a atuação na Gestão Ambiental Pública está associada ao nível de organização social de um determinado grupo. Nas comunidades com um histórico de acompanhamento de PEAs e/ou envolvimento com movimentos sociais, os grupos tendem a estar mais organizados, qualificados e fortalecidos para incidir politicamente. Já em lugares que não há esse histórico e que o Rede Observação foi o primeiro PEA a atuar junto à comunidade, foi necessário um processo anterior, de reconhecimento e valorização da identidade e cultura tradicional, para que se formasse um grupo coeso, fortalecido e ativo.

Esperamos que esse material possa ser utilizado como evidência das disputas presentes nos territórios tradicionais e que seja uma ferramenta que corrobore com as reivindicações dos sujeitos prioritários em espaços de participação social.



CRÉDITOS

Integrantes do Mapeamento Participativo em Cabo Frio

Adriana Alves Correa
Agrinaldo Gomes
Alceir França da Cruz
Cleonício Martins Sarti
Cleuza Brozeguine Rossoni
Elzeni Silva de Souza
Ingrid de Freitas Chagas
Joberto Monteiro Piedade
Joel França da Cruz
José Fernande da Silva
Josilene da Silva
Keila Martins Sarti
Liliane de Souza Paz
Marcelo Barreto
Maria Eduarda de Oliveira
Maria Faustina de Oliveira
Marta Gomes
Raíssa de Oliveira dos Santos
Silvio Rogério de Souza Barbosa
Tais Oliveira dos Santos
Tamires Oliveira dos Santos
Willian Araújo de Santana
Zenaide da Cunha Ferreira

EQUIPE EXECUTORA DO PEA REDE OBSERVAÇÃO

Coordenadora geral

Camila Panno

Orientador metodológico

Carlos Frederico Loureiro

Educadoras de Formação e Pesquisa

Camila Souza, Raynan Aguilar e Yashmin Loureiro

Educadores de Comunicação Popular

Gabriel Amorim e Murilo Marques

Educadores de Teatro do Oprimido

Anelise Vargas e Júlio Caldeira

Articuladoras locais em Cabo Frio

Roberta Cruz e Sulamita Rangel

EQUIPE PRIO

Coordenadora de socioeconomia

Aline Almeida

Pesquisa e elaboração

Yashmin Loureiro

Revisão do conteúdo

Camila Souza, Carlos Frederico Loureiro e Raynan Aguilar

Mapas

Maria Eduarda Perpétuo, Pedro Biz e Yashmin Loureiro

Projeto gráfico

Pedro Biz

Ilustrações

Pedro Biz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L892m Loureiro, Yashmin.
Mapa de conflitos e resistências: Cabo Frio / Yashmin Loureiro; ilustrações Pedro Biz. – Rio de Janeiro, RJ: Rede Observação, 2024.

36 p. : il. ; 21 x 29,7 cm – (Projeto de Educação Ambiental Rede Observação)

ISBN 978-65-5872-743-9

1. Cartografia social – Armação de Buzios (RJ). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Conflitos sociais – Brasil. I. Biz, Pedro. II. Título.

CDD 305.896

Elaborado por Mauricio Amormino Júnior – CRB6/2422

A Petrorio, a maior operadora independente de óleo e gás do Brasil, a partir de abril de 2022, passou a ter uma nova identidade visual e a ser conhecida como PRIO. Essa mudança reflete a eficiência da empresa na sua gestão. Com foco na recuperação de ativos em produção, é especializada na gestão de reservatórios e na revitalização de campos maduros através da maior eficiência operacional, da redução dos custos de produção e das despesas corporativas. O aumento na eficiência e a confiabilidade nos ativos são os principais atributos para reduzir a emissão de CO2 e a queima de gás consumida em suas operações, minimizando o impacto ambiental e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua por meio de boas práticas de segurança, respeito ao meio ambiente e cuidado com a saúde dos colaboradores.



A realização do PEA Rede Observação é uma medida de mitigação do Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



PRIO

ambiental
Engenharia e Consultoria